

1º CONGRESSO DE ESTUDOS RURAIS

'MUNDO' RURAL E PATRIMÓNIO

Evolução e Significado do Extremo Ocidental da Cordilheira Central, como Espaço de Articulação Histórico, Sócio-Económico e Ambiental

Gonçalo Poeta Fernandes

Instituto Politécnico da Guarda-ESEG

1. Introdução

A Cordilheira Central ibérica é uma unidade morfológica, bem individualizada no espaço, pelo seu traçado Noroeste-Sudeste, pela sua dimensão de cerca de 700 Km, pelos seus valores em altitude e pela fronteira que estabelece em termos de morfologia, ocupação humana e sistemas produtivos.

O extremo ocidental desta cordilheira engloba as serras de Béjar, Francia e Gata em Espanha e Malcata, Estrela, Gardunha e Lousã em Portugal. Este conjunto traduz uma estrutura morfológica complexa, de conjugação de um relevo ondulado com separações e contrastes sucessivos, entre serras e bacias.

Todo este espaço apresenta uma assinalável integridade do seu património natural e histórico-cultural. Este valor patrimonial subsiste, em grande parte, devido à sua localização periférica, em relação às áreas litorais e principais aglomerados urbanos e à sua acessibilidade. Esta situação, condicionou, ao longo do tempo, as formas de usos e ocupações que lhe deformassem a imagem rural e a beleza natural que hoje lhe está associada e lhe serve de imagem de marca. Mas, sofreu dessa mesma perifericidade em termos da debilidade da sua estrutura económica e da sua penalizadora evolução demográfica.

Há a assinalar, face à sua evolução histórica e cultural, a existência de um valioso património, composto pelas suas aldeias, castelos e fortalezas, bem como pela sua etnografia e tradições, que lhe incrementam a sua autenticidade e a preocupação por uma gestão racional e sustentável.

A diversidade de recursos que alberga, bem como a sua riqueza ecocultural, constitui de forma acrescida factores chave para a sua revalorização e para o encetar de novas estratégias de gestão, face ao incremento da sua procura como espaço económico e de relação social.

2. Estruturação e organização do sistema central

O sistema central constitui um espaço montanhoso de relevo fragmentado e uma evolução histórica complexa, quer do ponto de vista físico quer humano.

Como espaço de características marcadamente montanhosas, apresenta fortes limitações às actividades humanas mas, também, diversas possibilidades de ocupação e exploração. A sua área engloba de forma cruzada espaços vincadamente naturais com outros de grande valor histórico e cultural, que pela sua singularidade constituem áreas de grande valor e simbolismo, referentes quer à sua estrutura morfológica, à riqueza da sua fauna e flora, património edificado, dimensão cultural e etnográfica. Há também a assinalar diversas formas de povoamento e sistemas produtivos, onde se destaca as actividades primárias referentes à agricultura e pastorícia que aportam a estes espaços a genuinidade e autenticidade da montanha.

A ligação e articulação do homem com este território tem-se feito de forma complexa e precária, a aferir pelas paisagens criadas e pelos proventos desta sua presença (FERNANDES, G. P, 1998).

Ao longo dos tempos a cordilheira tem sido ocupado de forma diferenciada, em função de factores políticos, económicos e sociais que, de forma integrada ou individual, imprimiram a esta área usos e valorizações distintas.

Em primeiro lugar à que referir os movimentos de ocupação, primeiro o Árabe, de que resultou um movimento populacional direccionado para espaços mais elevados, pela sua importância estratégica e defensiva, o que imprimiu a este espaço uma maior densidade de ocupação e exploração. O segundo, resultante da romanização, permitiu uma organização e ocupação mais equilibrada do território.

A fase mais contemporânea caracteriza-se pela forma como tem sido afectado ao nível da ocupação e dos modos de vida, que se traduz de forma clara na perda de população, a um ritmo acelerado, e no declínio das suas actividades tradicionais.

Neste sentido, os reflexos mais marcantes desta crise conduziram a um processo de perda de identidade e ao emergir de novas vocações e aproveitamentos desta área montanhosa, com incidências distintas ao nível económico, social e territorial. Estas mutações introduzem rupturas importantes na estrutura e nas inter-relações existentes neste espaço (LLORENTE, J.M., 1995).

Neste declínio, a dinâmica demográfica constituiu um dos indicadores que mais marcadamente reflecte este problema, com perdas de população superiores a 50% desde a década de 50 até à actualidade.

Pode-se assinalar os anos 50 como o momento de viragem sócio-económica deste corredor montanhoso, para uma situação de acentuadas debilidades, se bem que já nos períodos anteriores o desenvolvimento era escasso devido às limitações do meio e à reduzida amplitude dos sistemas produtivos.

Como consequências imediatas, regista-se uma perda acentuada de população activa, que procurou nos meios urbanos¹ de maior dinamismo económico e no estrangeiro², formas de vida que lhe possibilitassem rendimentos mais elevados e um aumento do bem estar. Em resultado, este espaço viu-se de forma progressiva afectado pelo envelhecimento da sua população e pelo desmantelamento e marginalização do seu sistema produtivo assente na agricultura. A par de este processo regista-se a falta de iniciativas inovadoras, capazes de aproveitar os recursos endógenos e promover o desenvolvimento.

Na actualidade a desestruturação sócio-económica mantém-se e agudiza-se, dando em simultâneo lugar ao surgimento de novas perspectivas de exploração do espaço onde é necessário evitar a destruição do rico património natural e histórico-cultural, que constitui a base de referência para a melhoria do nível de vida nestas serras.

As serra da Estrela e Béjar constituem os espaços de maior altitude deste extremo ocidental, cujos valores se aproxima dos 2000 metros no caso da primeira, sendo ultrapassado em Béjar (2425 m.). Ambas as serras apresentam diferenciações assinaláveis entre a vertente oriental e ocidental, em termos de morfologia, vegetação e ocupação humana. Estas vertentes conservam ainda as marcas da era quaternária, em função dos circos glaciares bem desenvolvidos, como os da Nave de Santo António, Trampal, La Solana, Hoya Mayor e Hoyuelas, dos lagos glaciares de que se destacam a lagoa comprida e o vale glacial do Zêzere, cuja sua dimensão, imponência e conservação, o torna dos mais preservados da Península Ibérica. As suas potencialidades hídricas e biogeográficas incrementa-lhe o seu interesse quer em termos económicos quer científico-culturais.

As serras de transição, Gardunha, Malcata, Gata e Francia, em função da sua altitude, podem ser consideradas como montanhas médias, mas bem individualizadas em relação aos espaços baixos adjacentes. Em termos morfológicos apresentam-se

¹ Em Portugal este processo foi direccionado para as áreas urbanas do litoral com destaque para Lisboa e Porto. Em Espanha Madrid pela sua proximidade geográfica e pelas possibilidades económicas oferecidas destacou-se.

² Os países da Europa ocidental, com destaque para a França, Alemanha e Suíça, foram os que receberam maiores contingentes de população, em virtude da grande necessidade de mão-de-obra para a construção do país e estruturação do sistema produtivo do pós-guerra.

mais arredondadas e sem limitações ecológicas tão vincadas como as anteriores, embora bastante condicionadas para a acção do homem. São espaços de grande uso florestal e com actividades agrícolas e pecuárias realizadas de forma extensiva.

3. As actividades económicas dominantes

A estrutura económica tradicional deste espaço montanhoso, baseada nas actividades agrícolas, florestais e pecuárias, vem-se desarticulado de forma rápida, especialmente a partir de meados deste século. Esta evolução assenta, por um lado, nas limitações ecológicas existentes e, por outro, nas rápidas modificações económicas existentes, numa primeira fase ligadas ao sector industrial dos têxteis e na actualidade pela expansão das actividades turísticas.

Neste sentido, este corredor montanhoso encontra-se num processo de funcionamento complexo, onde a transformação da paisagem e dos sistemas produtivos aparecem marcados por novos processos de apropriação, com motivações e conotações distintas, especialmente relacionados com actividades de recreio e lazer.

Para uma melhor compreensão das transformações sofridas, procedeu-se a uma visão retrospectiva das alterações que se desenvolveram ao longo deste último século, período onde o espaço montanhoso sofre as maiores modificações em termos de posse e uso da terra, bem como da forma como é percebido.

Até à primeira metade de século XX, a montanha caracteriza-se, ainda, pela manutenção das formas de vida e sistemas de produção tradicionais, embora se dê início a alterações na gestão do território, que vão marcar um novo ordenamento destas áreas de montanha.

Numa primeira fase procedeu-se à apropriação dos baldios e das áreas florestais por entidades públicas, que se traduziu num desaparecimento progressivo de entidades comunais e no surgimento, em simultâneo, de pequenos proprietários. Este processo limitou por um lado a actividade de pastorícia, em virtude das limitações e imposições criadas à deambulação dos gados. Por outro, levou ao surgimento de novas formas de delimitação da propriedade, bem como a necessidade de incremento da actividade agrícola, mercê do acréscimo populacional que a montanha registava. Procedeu-se desta forma a um aproveitamento mais rigoroso do espaço, que levou à ocupação de terras marginais e à construção indiscriminada de socalcos como meio de obtenção de terra para cultivo.

A vinha, o olival e algumas árvores de fruto foram-se difundindo para áreas cada vez mais distantes, especialmente das vertentes meridionais, enquanto a batata, centeio e trigo subiram em altitude até limites outrora impensáveis. Houve a necessidade de produzir em sistema de policultura, de modo a suprimir as necessidades alimentares do núcleo familiar e de fragmentar as propriedades por força da divisão por herança.

A exploração florestal sofreu, também, neste período um forte impulso em resultado do incremento do seu aproveitamento para construção e combustível para a indústria, mas também pela preocupação de florestação das áreas menos próprias para a agricultura, onde o pinho obteve o protagonismo da ocupação. Esta situação, foi geradora de conflitos entre pastores, pequenos proprietários e entidades governamentais, pelas incompatibilidades criadas no uso do solo.

A produção eléctrica começa a ser outra das formas de exploração da montanha, ao nível dos seus recursos hídricos, o que levou à construção de numerosas barragens e ao incremento da acessibilidade a estes locais, potenciando a instalação de novas actividades.

A crescente disponibilidade de energia, água, população e a existência de grandes quantidades de lã, impulsionaram a produção industrial ligada ao têxtil onde se destaca pela sua importância Covilhã e Béjar. A vocação turística da montanha começa a ter maior significado, em função da sua dimensão natural, da riqueza paisagística e do reconhecimento medicinal, embora com reduzida expressão em termos de meios de acolhimento.

A partir dos anos cinquenta assiste-se claramente ao período de crise do sistema agrário tradicional e do sistema territorial em que se apoiava, levando à desestruturação das comunidades de montanha, que estavam orientadas no aproveitamento dos recursos naturais (TROITIÑO VINUESSA, M.A., 1985). Este processo criou fortes limitações à evolução económica e social destes espaços que, em virtude de não terem uma estratégia integrada de desenvolvimento, levaram ao seu "desmoronamento".

Face às dinâmicas detectadas, que se reflectem no aproveitamento marginal do policultivo, rentabilidade económica negativa e redução da criação extensiva de gado, a mobilidade da população toma grande significado pela sua evolução penalizadora em virtude da forte migração populacional em direcção às principais áreas urbanas e exterior. A estrutura do sector industrial tradicional vai perdendo de forma crescente o seu dinamismo, traduzindo-se no encerramento de grande número de

estabelecimentos que incrementam a instabilidade económica e social. Os escassos progressos ao nível de infra-estruturas de acesso e equipamentos sociais, pouco contribuíram para o surgimento e fixação de novas indústrias que possibilitem a criação de empregos e o progresso deste espaço.

Houve contudo, neste período o incremento e difusão dos equipamentos de turismo, onde se destacam as unidades hoteleiras, residências secundárias e equipamentos para desportos de inverno. Este incremento deu início a uma fase de expansão turística significativa na montanha, valorizada na actualidade pela manutenção de um património natural de grande valor paisagístico e ecológico, com forte representação histórico-cultural. Estes dinamismos não foram, até ao momento, suficiente para a resolução dos problemas sentidos e para a revitalização demográfica, que atingiu valores preocupantes e põem em perigo a manutenção de determinadas actividades e de alguns processos ecológicos.

Há que referir, que este espaço montanhoso constituiu ao longo dos tempos, um importante espaço de *trânsito* e simultaneamente de *conflito*.

Espaço de trânsito, pelas ligações/circulação que a montanha permitia serem executadas ao nível da deambulação de gados e da articulação e complementariedade com os espaços baixos, bem como daquelas que decorriam á margem das disposições legais de ambos os países. Esta última, constituía um meio de acesso de bens a um e outro lado da fronteira, de que resultava uma economia paralela para muita da gente raiana, que obtinha no então “contrabando” um importante suplemento económico para os parcos proventos que a agricultura permitia.

Espaço de conflito, pelo desajuste que sempre se verificou entre recursos e população. Entre os proprietários e a terra, levando à ocupação de áreas cada vez mais marginais para a prática agrícola. Entre as culturas e o clima. Entre os pastores e as áreas florestais protegidas pelo estado, que limitava a sua deambulação e restringia a sua produtividade. Entre as áreas baixas e suas populações que registavam melhores rendimentos e condições de vida. Entre aqueles que de forma marginal se serviam da montanha para protecção e fuga e, por último, pela relação entre turismo e o ambiente.

Numa visão de conjunto, poderemos verificar que a economia tradicional baseada na agricultura, pecuária e silvicultura, tem a partir dos anos cinquenta grandes dificuldades de desenvolvimento. As actividades agrícolas ficaram fortemente limitadas, tendo pouco ou nenhum significado nas áreas mais elevadas, embora

apareçam espaços ainda ocupados, que traduzem elementos de arcaísmo da montanha e dos seus ocupantes. As áreas mais baixas sofreram, contudo, alterações nos processos e formas de produção que permitiram incrementar e diversificar as produções. As estruturas agrárias apresentam-se desarticuladas e a continuidade das pequenas parcelas são um sério obstáculo à revitalização económica, quer por especialização agrícola quer por conversão em unidades de recreio. Porém, verifica-se um incremento das áreas ocupadas com matos e florestas e o surgimento nas áreas baixas de algumas produções inovadoras, ligadas especialmente às árvores de fruto.

Por fim, há a assinalar o desenvolvimento de actividades de recreio e lazer, que registam um alargamento significativo durante as últimas duas décadas, pondo em funcionamento novas formas de ocupação e uso do espaço, incrementando potencialmente o declínio das actividades tradicionais. A descoberta e difusão, cada vez em maior escala dos valores naturais, culturais e desportivos, tornam a montanha como um local de grandes potencialidades turísticas. As maiores disponibilidades de tempo, dinheiro e meios de transporte, associados à valorização crescente dos espaços de grande integridade natural, incrementam e atraem cada vez mais a população urbana.

As serras da Estrela e Bejar, que constituem os espaços mais simbólicos desta área, apresentam características similares ao nível do seu desenvolvimento, que se podem sintetizar nos seguintes pontos:

- Presença de um sistema económico fortemente condicionada pelo sector têxtil que contribui ao longo destas últimas três décadas para o incremento da sua debilidade económica e social.
- Peso ainda significativo da pecuária extensiva, com destaque para o gado ovino e caprino, que se adaptou facilmente às restrições climáticas e de flora e permite desenvolver actividades económicas relacionadas com os lacticínios e lã.
- Características climáticas e geomorfológicas que apresentam grandes potencialidades para o desenvolvimento do sector turístico, facto que tem sido potenciado pelo incremento e melhoria das unidades e equipamentos hoteleiros.
- Insuficiente valorização e promoção, que potencie a atractividade e estabeleça uma cooperação específica para estes espaços e dê a conhecer a autenticidade dos seus valores eco-culturais.

4. Gestão dos espaços naturais e cooperação transfronteiriça

Este território pelas suas características ecológicas e geomorfológicas de excepcional valor natural e qualidade paisagística, bem como pelo seu significativo peso histórico-cultural, constituem espaços valiosos do ponto de vista eco-cultural.

A sua promoção e preservação, como objecto de desenvolvimento, constituem simultaneamente um desafio e objectivo, de modo a se alcançar uma harmonia e equilíbrio entre as suas potencialidades naturais e a presença humana, na medida em que esta constitui uma ameaça à sua continuidade, mas também o garante da sua valorização e potenciação.

As regiões fronteiriças, especialmente as referentes a espaços de montanha, pela sua menor acessibilidade, guardam um rico património eco-cultural, cuja sua valorização se vê incrementada, ao localizarem-se em regiões periféricas e com uma estrutura económica e demográfica muito debilitada.

Estas regiões têm sido alvo de uma política conservacionista e proteccionista que visa, com base em parâmetros ambientais, a sua delimitação e restrição de uso, bem como a sua classificação como parques ou espaços naturais protegidos. Esta política, se por um lado permitiu a sua salvaguarda e manutenção das suas características ecológicas levou, por outro, à sua não valorização como espaço de relação e equilíbrio social, económico e ambiental.

É neste sentido que as tendências actuais preconizam uma visão e gestão destes espaços de forma integrada e participativa, que procure por um lado assegurar o equilíbrio ambiental e por outro, associar a esta conservação a pluralidade económica, a melhoria da oferta de serviços e apoio às actividades seculares. Perspectiva-se assim, a manutenção da população e das actividades agrícolas e pecuárias, num cenário de conjugação complexa mas racional entre o meio e o homem, deixando existir velhos e novos processos produtivos e de apropriação do espaço.

Dentro desta perspectiva, a complementaridade paisagística e didáctica destas áreas de montanha, que constituem elementos de referência e potenciação do espaço raiano, reclamam um incremento de cooperação transnacional, de modo a assumirem um maior protagonismo no conjunto da região e uma maior divulgação e valorização dentro da Europa Comunitária.

A vegetação mesoxerófila e os refúgios faunísticos das serras de Gata e Francia, a reserva natural da Malcata com a presença do Lince Ibérico, o relevo glacial da

serra da Estrela com as suas formas imponentes e singulares, constituem traços genéricos do valor ecológico e paisagístico, que podem segundo (CABERO DIEGUEZ, 1996), converter-se num espaço verde de protecção internacional.

Este desenvolvimento pressupõem iniciativas inter-relacionadas entre o sector público e privado. Estas devem ser articuladas com os desejos e necessidades da população, que preserva actividades económicas e culturais, que constituem em si elos de ligação e articulação de uma cooperação transfronteiriça ancestral.

5. Estratégias e Desafios

O modelo de desenvolvimento destes espaços, simultaneamente marginais e periféricos, se atendermos à sua posição geográfica e afastamento das principais áreas urbanas e administrativas, reclama uma valorização dos seus recursos endógenos, cujo seu grau de conservação, singularidade e autenticidade, se tornam polarizadores e capazes de promover a região e os seus produtos.

Ao nível do sector turístico, o seu impacte para a região depende essencialmente do modelo de ordenamento implementado, que deverá de forma acrescida articular a componente do crescimento com a do ambiente. É desta forma preciso a participação efectiva dos diversos agentes que intervêm, dinamizam e regulamentam a actividade. Torna-se necessário caminhar no aumento da qualidade dos equipamentos hoteleiros e das infra-estruturas de apoio, melhoria das acessibilidades, das informações, incremento da animação nos seus mais diversos domínios, sua promoção no país e exterior e um maior cuidado com o ambiente e com as novas práticas que a montanha vai sendo alvo. O marketing constituirá sem dúvida um instrumento fundamental para a promoção e incremento do sector turístico na região, potenciando os recursos naturais e o património histórico-cultural. Deverá ser feito um esforço, de modo a incrementar e fortalecer o turismo rural, as actividades desportivas ao ar livre e o turismo sénior que tem registado um crescimento apreciável da sua dimensão e com uma motivação distinta dos anteriores, ligado especialmente á cultura, etnografia e história da região, o que permite a continuação e preservação de diversas produções artesanais, usos e costumes.

Ao nível do sector industrial, torna-se necessário o estímulos ao investimento, através de benefícios fiscais e financeiros á localização de iniciativas empresariais na região e à exploração dos recursos endógenos, especialmente ao nível da fileira silvo-

pastoril e alimentar. As ligações com o mercado ibérico estão nesta região acrescidas, mercê da posição geográfica.

O sector agrícola, em virtude das restrições físicas que este espaço apresenta e das principais orientações comunitárias, vê o seu futuro seriamente limitado, se continuar com a orientação actual e baseado fortemente em culturas pouco adaptadas e competitivas. A sua especialização em determinadas espécies, a criação de uma denominação de origem, bem como a união dos agricultores por forma a um melhor conhecimento do mercado europeu e dos canais de distribuição pode constituir um rumo adequada a sua manutenção e valorização.

A existência de uma estratégia de comercialização que se baseie em argumentos de qualidade, protegida e potenciada com rótulo de origem, pode permitir a certas produções de montanha, como sejam os enchidos, a batata, a castanha, o mel, o queijo e determinadas espécies de fruta, assumirem um direccionamento comercial distinto bem como a sua valorização.

Torna-se claro que todo este processo necessita, para além das orientações e estratégias institucionais, a existência de uma população participante, que vá elevando progressivamente a sua formação técnica e profissional, de modo a perceber claramente os desafios que se equacionam e desenvolver capacidades e meios para os superar. O surgimento de cursos de formação para a indústria e hotelaria são já uma realidade que deve ser potenciada, por forma a existir uma crescente articulação com o sector privado, de modo a que a inovação e a qualidade dos serviços prestados sejam cada vez maiores e constituam fonte de atracção e de investimento.

As associações, clubes e outras organizações não governamentais deverão ser um elo de ligação da população e de incentivo a manutenção de usos e costumes, estimulando o desenvolvimento de actividades enriquecedoras e dinamizadoras de toda esta região

Conclusão

A evolução e percepção da cordilheira tem sofrido ao longo do tempo alterações significativas, em virtude do conhecimento das suas diversas potencialidades, da conotação económica e social a que tem estado exposta, passando de espaço marginal e de articulação territorial complexa a espaço complementar e de valorização eco-cultural.

A sua riqueza natural e cultural constituem de forma acrescida referências para a sua valorização como espaço de articulação económico e eco-cultural, pese embora as suas debilidades estruturais, relacionadas com uma penalizadora evolução demográfica e com a reduzida amplitude da sua estrutura produtiva.

Os agentes públicos e privados, com destaque para os primeiros têm uma responsabilidade acrescida no uso, ocupação e promoção deste espaço, de forma à utilização racional e sustentável..

Torna-se necessário o desenvolvimento de iniciativas, que dêem a conhecer as diversas potencialidades destas regiões, promovam o seu espaço, a sua cultura e economia, reclamem um modelo de desenvolvimento que reconheça os problemas estruturais e apelem para uma visão atenta, cuidada, de valorização e cooperação específica com estes locais, que continuam a ser verdadeiros reservatórios naturais e histórico-culturais.

Bibliografia

ABREU Y PIDAL, J. M. - "Condicionantes para la delimitacion y gestion de las areas de montaña españolas". *Supervivência de la montaña, actas del Colóquio hispano-francês sobre las áreas de montaña*. Ministério de Agricultura, servicios de publicaciones agrárias, Madrid, 1985.

CABERO DIEGUEZ, V. - *El espacio fronterizo de Salamanca con Portugal*. Una aproximacion geográfica y socioeconomica, Salamanca, 1994.

CABERO DIEGUEZ, V. - "Património ambiental: percepcion, gestión y problemas", in *Actas simposium - La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Vilar Formoso, 1996.

CAVACO, C. - "A Fronteira Política, da divisão à integração territorial", in *As Regiões de Fronteira*, C.E.G., Lisboa, 1995.

COMMISSION EUROPEENNE - *Évolution prospective des régions intérieures (et des espaces ruraux de faible densité de population de la communauté)*, etudes de developpement régional, n.º20, Luxembourg, 1996.

FERNANDES, G. P. - Regiões de montanha: dinâmicas territoriais no extremo ocidental da cordilheira central. A Serra da Estrela, Tese de Mestrado, UBI, Covilhã, 1998.

- FERNANDES, G. P. - "Turismo em regiões de montanha: dimensão, significado e perspectivas para a Serra da Estrela" in Beira Interior Região de fronteira: Actualidades e Perspectivas, UBI, Covilhã, 1998.
- FERNANDES, G. P. - A dinâmica do espaço montanhoso e o seu potencial turístico: uma avaliação para a Serra da Estrela", *Desenvolvimento Rural: Desafio e Utopia*, Estudos para o Planeamento Regional e Urbano nº50, CEG/UL, Lisboa, 1999.
- GARCÍA ALVAREZ, A. - "Delimitacion de la montaña y critérios para su ordenacion", in *actas del Colóquio hispano-francês sobre las áreas de montaña. Ministério de Agricultura*, servicios de publicaciones agrárias, Madrid, 1985.
- GURRIA GASCON - *El paisaje de montaña en Extremadura (delimitacion, economia y Poblacion)*. Serv. de publicaciones de la Universidade de Extremadura, Cáceres, 1984.
- LLORENTE PINTO, J.M. - Organizacion del paisaje e explotacion humana en las Sierras de Francia y Gata. *Tesis Doctoral*, Universidad de Salamanca, Salamanca, 1989.
- LLORENTE PINTO, J.M. - "El sector primário en Salamannca y sus comarcas fronterizas", in *Actas simposium - La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Vilar Formoso, 1996.
- MARQUES, C. A. - *A Serra da Estrela., estudo geográfico*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1996.
- MARTÍN JIMÉNEZ, M.I. - "Las montañas de Castilla y León en el marco de la política socioestructural de la unión Europea". *Cambios Regionales a Finales de siglo XX*, AGE, Universidad de salamanca, Salamanca, 1995
- MARTINEZ DE PISÓN, E.- "Los conceptos y los paisages de montaña". *Supervivência de la montaña, actas del Colóquio hispano-francês sobre las áreas de montaña*. Ministério de Agricultura, servicios de publicaciones agrárias, Madrid, 1985.
- PLAZA GUTIERREZ, J. - "El espacio Geografico de las zonas de montaña. variedad de situaciones, variedad conceptual y tardio y variado tratamiento. El ejemplo Castellano-Leones; *XI Congreso Nacional de Geografía*, Vol II Comunicaciones; Ed. Asociación de Geógrafos Españoles y Universidad Complutense de Madrid; Madrid, 1989.

- POINARD, M. "En torno al sector central de la raya" in *Actas simposium - La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Vilar Formoso, 1996.
- REIGADO, F.M. - Raia central e desenvolvimento transfronteiriço, in *Raya/Raia*, Cáceres 1996.
- REIGADO, F.M.; ALMEIDA, C. - Estratégias de desarrollo transfronteirizo, in *papeles de economia Española-Economía de las Comunidades Autonomas*, Nº 14, 1992.
- RIBEIRO, O. - "L'occupation humaine des montagnes", in *Opúculos Geográficos, Vol IV*, FCG, Lisboa 1996.
- RODRIGUEZ ARZUA, J. - "Evolución de la comarca Sierra de Francia (Salamanca)" *XI Congreso Nacional de Geografía Agrária. Vol. II. pp.258-266.*
- SANCHES HERNANDEZ, J.L. "Crisis textil y crisis urbana en Béjar. Notas para un enfoque integrado" in *Actas simposium - La articulación territorial de la raya hispano-portuguesa*, Vilar Formoso, 1996.
- SANCHES, J. - "La política de desarrollo rural en áreas de montaña: de la visión sectorial al enfoque integrado", in *Cambios Regionales a Finales de siglo XX*, AGE, Universidad de salamanca, Salamanca, 1995.
- SIRGADO, J. R. - "Turismo e ruralidade: ao encontro de um desenvolvimento rural alternativo", *Agroeconomia*, Nº 1, Julho, Lisboa, 1994.